



## DESEMPREGO, PRECARIZAÇÃO E A FEMINIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO: uma cartografia das desigualdades sociais

Lorena da Silva Lopes<sup>1</sup>

### RESUMO

O objetivo principal deste trabalho foi perceber os fenômenos como desemprego, precarização e da feminização das relações do mundo do trabalho. Realizamos pesquisa bibliográfica sobre as temáticas citadas, discutindo com diversos/as autores/as. Assumir gênero como categoria de análise, permite enxergar que ela atinge de maneira diferente e desigual a vida de mulheres e homens. Esse debate pode contribuir para a reflexão das formas de intervenção na questão social, promovendo a análise das políticas públicas de combate à pobreza e ao desemprego, pois não podemos deixar de reconhecer a *feminização do mundo do trabalho* como elemento constituinte do fenômeno.

Palavras-Chave: Gênero; desemprego; feminização do mundo do trabalho.

### ABSTRACT

The main objective of this work was to perceive the phenomenons as unemployment, precarization and the feminization of the relations of the work's world. We carry out bibliographical research about the themes, discussing with many authors. Assuming gender as category of analysis, will permit us to see how she reaches in different ways the life of women and men. This debate can contribute for the reflection of the forms of intervention in the social question, promoting the analysis of the public politics that avoid the poverty and the unemployment, because we must recognize the *feminization of the work's world* as an element that constitute the phenomenon.

Key-Words: Gender; unemployment; feminization of the work's world.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre desemprego, precarização, desregulamentação do mundo trabalho e suas relações com a questão de gênero, refletindo sobre essas problemáticas que vêm ocorrendo em nível mundial e ensejam a busca por novos mecanismos de sobrevivência.

Para tanto, iniciaremos este trabalho a partir de uma breve discussão sobre questões relativas às questões que envolvem a precarização das condições de trabalho e o problema do desemprego no Brasil, pautados em pesquisas já realizadas acerca dessas temáticas e que embasaram teórica e empiricamente essa pesquisa.

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Mestranda do Programa de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos Sociais e do Grupo de Pesquisa Gênero, Família e Geração nas Políticas Sociais vinculado ao CNPq. E-mail: lorenal@terra.com.br.

Em seguida, abordaremos a reflexão sobre a feminização do mundo do trabalho, pontuando as transformações no perfil e no mundo do emprego no momento em que a mulher se coloca enquanto força de trabalho. Destacam-se as considerações em torno das mudanças nos papéis familiares e profissionais com a entrada da mulher no mercado de trabalho, sobretudo a sua inserção no trabalho informal, que se torna crescente e significativa.

## **2 DESEMPREGO, PRECARIZAÇÃO, DESREGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO E SUAS EXPRESSÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO**

A precarização das condições de trabalho e, principalmente, o desemprego crescente que vem ocorrendo em nível mundial ensejam a busca por novos mecanismos de sobrevivência. Então, quanto à questão do emprego, observamos progressiva deterioração. Vemos no topo da pirâmide o emprego nobre no setor formal, com salários relativamente elevados e normas de trabalho relativamente respeitadas, mas envolvendo um segmento minoritário da população. Segundo Dowbor (2001), em torno deste espaço formal, desenvolve-se amplo sistema de economia informal, que hoje ocupa freqüentemente um terço da totalidade de mão-de-obra, e onde os níveis salariais, respeito a normas de trabalho e preservação ambiental são cada vez mais baixos.

Segundo relatório do Banco Mundial (2001) sobre o combate à pobreza no Brasil, uma grande parcela dos pobres são trabalhadores no setor informal (22% são empregados informais e 37% são autônomos) ou então são inativos (15%). Apenas 15% dos pobres trabalham no setor formal (privado ou público) e 5% são desempregados. Isso significa que políticas sociais ligadas ao emprego formal ou ao desemprego têm um impacto muito limitado sobre os pobres.

As conseqüências desse processo no plano social são catastróficas. Os trabalhadores - homens e mulheres - são expulsos do mercado de trabalho formal, com boa parte deles engrossando as fileiras do trabalho informal e precarizado; há os que ingressam no mercado à procura do primeiro emprego e, outrossim, aqueles que desistem de procurar emprego, passando a compor a população não economicamente ativa (PNEA) ou assumir atividades ilícitas. Além disso, contribui para o agravamento do quadro a concentração de renda no plano internacional, entre países ricos e pobres, e no plano nacional, dentro dos países em desenvolvimento, ocasionando a maioria de população privada de recursos mínimos para escapar da pobreza.

O problema do desemprego atinge, no Brasil, hoje, mais de 20 milhões de pessoas, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2006). É importante notar a precariedade das metodologias

de acompanhamento desta realidade. Na visão do IBGE, quem não está procurando emprego na semana da pesquisa não está desempregado, faz parte dos inativos, porém, na visão do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE, que inclui nos desempregados os que não estão procurando emprego porque cansaram de procurar – desemprego por desalento – os desempregados representam algo em torno de 18% da população economicamente ativa.

Para efeito de análise, podemos utilizar as seguintes estatísticas para o Brasil: temos, conforme dados da PNAD do IBGE (2006), mais de 180 milhões de habitantes, dos quais 107 milhões estão situados na idade de trabalho, entre 16 e 64 anos; subtraindo os que não trabalham por opção, chegamos aos 79 milhões considerados população economicamente ativa- PEA. Se levarmos em conta os que formalmente se declaram desempregados, chegamos a cerca de 72 milhões de trabalhadores que constituem a "população ocupada". Essa classificação nos permite apresentar porcentagens razoáveis, em termos internacionais, de um desemprego da ordem de 8% da PEA, ou pouco mais.

Na realidade, o desemprego real existente teria de levar em conta, além dos desempregados, as pessoas que são consideradas como dispostas a trabalhar caso houvesse possibilidade de acesso às oportunidades ou aos salários mais compensadores. Atualmente, segundo o IBGE (2005), ainda se convive com 93,4% de mulheres que se vêem presas exclusivamente ao trabalho doméstico por ausência de políticas sociais de apoio e o gigantesco subemprego de que se valem os vendedores de rua, guardadores de carro e outros trabalhadores de baixíssima produtividade. As simples porcentagens de desemprego, que avaliam os que estavam efetivamente procurando trabalho, constitui metodologias inadequadas para o chamado "Terceiro Mundo", como abordamos anteriormente. Constituem-nas também os mais de 191 milhões de desempregados e subempregados, herança estrutural sempre reproduzida, e acrescenta-se ainda cerca de dois milhões de pessoas suplementares que chegam anualmente ao mercado de trabalho por simples pressão demográfica (SOMAVIA, 2005).

Hoje, mais da metade da população já reside em cidades. O Brasil tinha dois terços de população rural nos anos 1950, hoje tem 80% de população urbana. Em termos de emprego, a mesma dinâmica que expulsou a mão-de-obra para as cidades, originando as imensas periferias caóticas e miseráveis, hoje reduz a própria base urbana de emprego.

O diretor geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o chileno Juan Somavía, informou que o desemprego na América Latina cresceu de 6% em 1980 para 10,5% em 2004. Somavía (2005), apresentou esse dado com base no relatório da Comissão Mundial sobre Discriminação Social da Globalização. Conforme Somavía, o relatório da OIT

se baseia no conceito de "trabalho decente"<sup>2</sup> como eixo do crescimento. O diretor da OIT também advertiu que em todos esses indicadores as mulheres se encontram numa situação pior que a dos homens e que as taxas de desemprego entre os jovens são duas a três vezes superiores às da média nacional. Além disso, 76% dos entrevistados em 18 países da América Latina têm medo de perder o emprego no curso do ano seguinte. Esses indicadores dão conta da média da região, já que as porcentagens variam de país a país (SOMAVÍA, 2005).

Assistimos, assim, a um processo articulado de transformação do emprego nas últimas décadas. Por um lado, aumenta o emprego nas empresas transnacionais, por outro lado, como os países em desenvolvimento recebem uma parcela muito pequena deste emprego, mas recebem toda carga dos produtos que hoje circulam no mercado mundial, gera-se um efeito de desemprego muito amplo, e conseqüentemente, pressão para a queda de salários e recuo no respeito às normas de trabalho.

Esta evolução leva por sua vez ao surgimento de um conjunto de políticas de estímulo à geração de empregos, tanto nos países do centro capitalista, como nos países em desenvolvimento, as quais segmentam e desarticulam o universo do trabalho.

Convergem assim a problemática do emprego e desemprego em um conjunto de fatores de transformação social. A urbanização torna o emprego mais vital, pois enquanto no campo a terra é simultaneamente um emprego e a base espacial da vida, permitindo uma razoável atividade de subsistência, na cidade uma família sem os rendimentos provenientes do trabalho é imediatamente desprovida das condições necessárias para a garantia de suas necessidades básicas, sobretudo no terceiro mundo onde as "redes" de segurança são simbólicas.

O Banco Mundial concluiu o seu relatório sobre o emprego no mundo (2002) afirmando que

as alternativas não são tão *laissez-faire* ou de intervenção governamental; trata-se de definir ações públicas efetivas capazes de dar suporte ao funcionamento eficiente do mercado, encorajar o investimento produtivo e responder às necessidades particulares de trabalhadores que são discriminados ou colocados em situação de desvantagem [...] Para que uma estratégia baseada em mercado de trabalho possa ter sucesso, os governos têm de estabelecer políticas de trabalho para lidar com os direitos básicos do trabalhador, a discriminação e a desigualdade, a segurança de acesso à renda e o próprio papel do governo como empregador (WORLD BANK - WORLD DEVELOPMENT REPORT, 2002).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) segue uma visão semelhante: para aumentar o número de postos de trabalho produtivos no setor moderno é indispensável

---

<sup>2</sup> O conceito de "trabalho decente", segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), está ancorado em quatro pilares: criação de empregos dignos, respeito dos direitos trabalhistas fundamentais, níveis de proteção social adequados e formas necessárias de diálogo social para resolver os eventuais conflitos.

uma boa adaptação à mundialização, mas isto não basta. Em muitos países em desenvolvimento, a maior parte da população ativa segue trabalhando nos setores rural e urbano que são mal estruturados, com pouca produtividade. O subemprego é endêmico, e nestes países os pobres estão concentrados nestes setores. Procede, pois, que a política de desenvolvimento não os deixe em segundo plano e que nos programas públicos se dê prioridade às medidas destinadas a atenuar o subemprego e a pobreza.

Ademais, essa tendência que se segue, marcada pela transformação e, conseqüente, desestabilização dos mercados de trabalho vem acompanhada pelo fenômeno da feminização do mundo do trabalho. As mulheres estão ocupando cada vez mais os postos de trabalho, a despeito deste estar precarizado, e representam 52% da população ocupada do país, segundo dados do IBGE (2006). Ainda possuem salários entre 30% e 40% inferiores aos dos homens, carregando consigo a persistência da segmentação e da remuneração diferenciada entre homens e mulheres.

### **3 A FEMINIZAÇÃO DO MUNDO TRABALHO: outras marcas da precarização**

Muitas são as transformações no perfil e no mundo do emprego no momento em que se desloca do setor secundário, tradicional reduto masculino, para o terciário (serviços), surgindo assim um novo horizonte para a inserção e participação da mulher nos programas de qualificação e engajamento na força de trabalho. Os papéis sociais e econômicos começam a sofrer uma transformação e as mulheres passam a assumir uma nova postura diante da sociedade, crescendo a participação destas como chefes de família.

De acordo com Bruschini (2000), referente ao trabalho da mulher brasileira no período de 1985 a 1995,

com um acréscimo de cerca de 12 milhões e uma ampliação da ordem de 63%, as mulheres desempenharam um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da População Economicamente Ativa - PEA nos dez anos examinados. Enquanto as taxas de atividade masculina mantiveram patamares semelhantes, as das mulheres ampliaram-se significativamente de 85% a 90% e mais ainda nos anos seguintes (BRUSCHINI, 2000, p. 14).

No entanto, segundo a autora (2000), a constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade para o trabalho, que depende de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, como o estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, assim como as características do grupo familiar, como o ciclo de vida e a estrutura familiar. São fatores como esses que impede a entrada, em maior grau de expressão, das mulheres no mercado de trabalho; fatores que dificultam a participação feminina, mas não a masculina.

De acordo com Yannoulas (2002), o fenômeno de inserção diferencial de homens e mulheres nos mercados de trabalho, denominado segmentação ou segregação dos mercados de trabalho baseado em gênero, reporta-se à concentração de oportunidades de trabalho para mulheres em setores de atividade específicos e num número reduzido de ocupações dentro da estrutura produtiva. Dessa forma, os trabalhos em tempo parcial, ocasionais ou sazonais são mais freqüentes entre as mulheres, respondendo à necessidade de harmonizar o desempenho doméstico e profissional.

Assim, é preciso destacar que as políticas macroeconômicas e nacionais, as quais levam em conta as questões de gênero quando da sua formulação e implementação, mantêm as mulheres concentradas no setor informal, sem proteções para o trabalho ou segurança e nos trabalhos com menor remuneração e mais perigosos na economia formal.

Segundo o Sistema Nacional de Informações de Gênero – SNIG<sup>3</sup> (2006), a partir de dados do IBGE, em 2000, a população de Fortaleza era composta de 1.139.166 mulheres e 1.022.236 de homens, correspondendo a um total de 2.141.402 habitantes no município. Essa desigualdade numérica entre homens e mulheres redefine os mecanismos de reprodução sexual, seleciona os espaços de trabalho e induz novos paradigmas de arranjos familiares.

Na estrutura produtiva, a questão de gênero está retratada na maneira como as relações de trabalho no mundo diferenciam as pessoas por sexo. Segundo a Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará – IPLANCE, em 2000, pode-se afirmar que as mudanças na divisão social e sexual do trabalho geradas a partir da urbanização e do processo de modernização / industrialização nacional explicam a abertura, para as mulheres, de espaços de prerrogativa masculina. Enquanto a participação do gênero feminino na população economicamente ativa (PEA), no Ceará, passou de 34,6%, em 1990, para 40,7%, em 1999, a do gênero masculino caiu de 65,4% para 59,3%, no mesmo período.

Consoante dados do SNIG (2006), a população de mulheres economicamente ativa (PEA), em Fortaleza, passou de 202.325, em 1991, para 308.603 mulheres, em 2000, já a participação dos homens passou de 296.680, em 1991, para 384.926 homens, em 2000, totalizando 499.005 pessoas economicamente ativas, em 1991, e 693.527, em 2000. Assim, a situação da mulher na ocupação da força de trabalho mostra que ela está mudando, mas ainda se encontra pouco empregada em relação ao seu contingente.

Pelos dados do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT (2004), metade da população de Fortaleza (50,88%) trabalha sem carteira assinada. Do universo de

---

<sup>3</sup> O Sistema Nacional de Informações de Gênero – SNIG refere-se a um banco de dados da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Governo Federal, que contém informações estatísticas sobre as expressões da questão de gênero no Brasil, elaborado pelo IBGE, a partir dos Censos de 1991 e 2000.

805.043 pessoas ocupadas em Fortaleza, 419.105 estão no setor informal. Segundo Sales (2003) desse total, 230.323 são pessoas que trabalham por conta própria; 13.605 são trabalhadores familiares sem remuneração; e 120.130 são empregados particulares sem carteira assinada.

No setor informal, a presença feminina sempre foi expressiva e permanece em expansão. Robson Veras, coordenador do programa Ceará Empreendedor, coloca que as mulheres estão à frente dos negócios informais, respondendo por 60% das transações. No caso específico de Fortaleza, 80% dos negócios estão concentrados nas áreas de comércio e serviço (SALES, 2003).

As práticas discriminatórias sofridas pelas mulheres estão evidenciadas na remuneração menor pela realização de atividades similares, se comparada à dos homens. Além disso, nota-se uma crescente precarização do emprego, especialmente do feminino. Segundo dados do jornal O Povo (2006), a ocupação informal vem crescendo a cada dia em Fortaleza. Entre as mulheres, o índice de ocupação foi de 34,21% em janeiro de 2005, saltando para 36,42% em janeiro de 2006. É neste tipo de ocupação que as mulheres de Fortaleza estão encontrando possibilidades de inserção maiores, no entanto, ficam excluídas do conjunto de benefícios assegurados pela legislação trabalhista, da categoria profissional e, portanto, da representação sindical.

A inserção das mulheres no mercado possui não só diferenças em relação aos homens como também demonstra situações diferenciadas ao longo da vida laborativa delas: da inatividade para a atividade, do desemprego para a ocupação quase sempre, como assalariada sem carteira assinada, doméstica ou autônoma. Frente a esses fatos, acredita-se na tendência de aumento de procura por uma ocupação por parte dessas mulheres, mesmo que seja num mercado precarizado ou em ocupações onde elas serão subutilizadas.

#### **4 CONCLUSÃO**

Enquanto força de trabalho a mulher vem, nas últimas décadas, inserindo-se cada vez mais no mercado de trabalho, mesmo a despeito dos argumentos que afirmam ser o trabalho feminino desqualificado, sempre subordinado, provocador do rebaixamento dos salários em geral e elemento de destituição da força de trabalho masculina no referido mercado. No Brasil, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD (2006), a população ocupada aumentou perto de 2,5 milhões pessoas e, nesse cenário, as mulheres saíram na frente. O nível de ocupação feminina aumentou de 45,6% em 2004 para 46,4% em 2005, atingindo seu maior patamar desde 1992, enquanto o da masculina não apresentou crescimento significativo, passando de 68,2% para 68,3%.

Essa maior participação feminina no acréscimo da população ocupada mostrou a continuação do processo de inserção cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho. Consoante Bruschini (2000), o significativo aumento da atividade das mulheres, uma das mais importantes transformações ocorridas no país desde os anos 70, teria resultado não apenas da necessidade econômica e das oportunidades oferecidas pelo mercado, em conjunturas específicas, mas também, das transformações demográficas, culturais e sociais que vêm ocorrendo no país e que têm afetado às mulheres e às famílias brasileiras. Frente a estes fatos, não se pode ignorar a visibilidade da participação que este segmento social vem conquistando no mercado de trabalho.

Historicamente, a força de trabalho feminina sempre foi considerada de "menor valor", sendo suscetível a altas taxas de exploração e facilmente substituível pela força de trabalho masculina. Assim, argumenta-se que por estarmos num período de crise econômica, as mulheres seriam melhor absorvidas, pois estariam submetidas ao desemprego e à desregulamentação do mercado de trabalho.

Entretanto, o desemprego, tão temido, e com razão, vem trazendo sofrimento humano para homens, mulheres e suas famílias: perda de renda, de autoconfiança, surgimento de doenças psíquicas e físicas. Em longo prazo, é também a porta de entrada para a pobreza e a exclusão social, pois não somente o desempregado, especialmente o de longa duração, como muitas vezes as novas ocupações atípicas no setor informal da economia, tendem a ficar sem as garantias conseguidas através das lutas dos sindicatos, bem como do sistema público de proteção social e de garantia e renda. O que vem se observando é que as políticas macroeconômicas se voltam muito mais para o combate da inflação e para o curso da modernização econômica do que para o enfrentamento da questão do desemprego e suas conseqüências.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Empregos no Brasil – Prioridades de Políticas. 2002.** Disponível em: < [http://www.obancomundial.org/index.php/content/view\\_folder/90.html](http://www.obancomundial.org/index.php/content/view_folder/90.html) > Acesso em: 03 jan. 2005.

\_\_\_\_\_. O combate à pobreza no Brasil -Relatório sobre Pobreza, com Ênfase nas Políticas Voltadas para a Redução da Pobreza Urbana. Vol. 1. 2001.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Sistema Nacional de Informações em Gênero - SNIG.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2006.

BRUSHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: NEPO/UNICAMP, 2000.

DOWBOR, Ladislau. **O que acontece com o trabalho**. Disponível em : < <http://ppbr.com/ld/actrab.asp>> Acesso em: 05 dez. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Síntese de Indicadores 2005**. Rio de Janeiro, 2006.

SALES, Iracema. Cidadania através da geração de renda. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 17 nov. 2003. Negócios, p. 4.

SINE/IDT - CE. **Informalidade na capital**. Fortaleza, 2004.

**SOMAVÍA, Juan. Desemprego na América Latina cresceu 4,5% em 24 anos. Disponível em <<http://br.news.yahoo.com/041215/40/q0w7.html> > Acesso em: 15 dez. de 2005.**

YANNOULAS, Silvia Cristina. *Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho*. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.